

Caso, Função sintática e Papéis Temáticos

Fábio Bonfim Duarte/UFMG
(fbonfim@terra.com.br)

0. INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo contribuir para um melhor entendimento do que sejam as noções de Caso estrutural, de funções sintáticas e de papéis temáticos na perspectiva da teoria da gramática. Sendo assim, o objetivo será buscar possíveis respostas para as seguintes indagações:

- (1) O que é Caso? As noções de Caso e de função sintática mantêm entre si uma relação biunívoca?
- (2) Sujeito é sempre o sintagma XP que recebe o Caso nominativo?
- (3) O NP Sujeito sempre apanha o papel- θ (theta) de agente?
- (4) Como os papéis temáticos interagem com as propriedades lexicais dos verbos intransitivos?

Nas próximas seções, retomo cada uma dessas indagações, de modo a responder a elas separadamente. No decorrer da análise, acompanho pressupostos teóricos da lingüística descritiva e da teoria gerativa. A inclusão dessa última se justifica especialmente porque nem sempre está evidente para os professores de Língua Portuguesa como utilizar a contribuição das teorias formalistas para o ensino de gramática.

1. DEFINIÇÃO DA CATEGORIA DE CASO

Na perspectiva da lingüística descritiva [cf. Lyons, 1969:289], a palavra Caso, do latim *casus*, designa “*acidente, desvio, ato de cair, etc*” e, em geral, designa a variação morfológica na forma básica de um lexema, para indicar sua função sintática na oração. Como são várias as funções sintáticas, as desinências de Caso podem diferir muito. Oscarino da Silva Ivo (1978:76) classifica os Casos em seis tipos: o nominativo, o vocativo, o acusativo, o genitivo, o dativo e o ablativo.

Segundo o autor:

“o mesmo Caso pode servir a mais de uma função sintática, da mesma forma que uma mesma função pode ser construída com casos diferentes (...)”

Uma situação típica em que um mesmo Caso pode cobrir mais de uma função sintática pode ser notada na Língua Portuguesa, quando um sintagma nominal, doravante NP, vem na função de objeto ou na função de sujeito, conforme vemos nos exemplos abaixo.

- (4a) A mãe encontrou **[as crianças]** na escola. [função de objeto = caso acusativo]
- (4b) A mãe encontrou-**as** na escola. [função de objeto = caso acusativo]

- (5a) Deixa vir a mim **[as crianças]**. [função de sujeito = caso acusativo]
- (5b) Deixa **[as crianças]** vir a mim. [função de sujeito = caso acusativo]
- (5c) Deixa-**as** vir a mim. [função de sujeito = caso acusativo]

- (6a) A Maria entregou o livro para **[mim]**. [função de objeto indireto = caso dativo]
- (6b) A Maria fez palhaçadas para **[eu]** rir. [função de sujeito = caso nominativo]
- (6c) Maria fez palhaçadas para **[mim]** rir. [função de sujeito = caso oblíquo (dativo)]

- (7a) **[As flores]** surgem na primavera. [função de sujeito = Caso nominativo]
- (7b) No início tudo são **[flores]**. [função de predicativo do sujeito = Caso nominativo]

A partir dos dados acima, notamos que um mesmo Caso pode estar correlacionado com mais de uma função sintática, situação que nos permite adiantar uma resposta à indagação formulada em (1), a saber: Caso e função sintática não precisam necessariamente manter uma relação biunívoca no componente sintático da gramática. Assim sendo, o acusativo pode, por exemplo, cobrir simultaneamente as funções sintáticas de objeto e de sujeito, conforme (4a-b) e (5a-c); já o dativo pode referir-se simultaneamente às funções sintáticas de objeto indireto e de sujeito, conforme (6a) e (6c) respectivamente. Por sua vez, o nominativo pode assinalar as funções sintáticas de sujeito e de predicativo do sujeito, conforme se vê pelos exemplos (7a-b).

Já, na perspectiva da gramática gerativa, podemos afirmar que a categoria de Caso não é uma propriedade privativa das línguas que a exibem na morfologia, como é a situação do Latim, do Grego, do Alemão, do Russo, dentre outras línguas. Nessa linha de investigação, Chomsky (1980) incorpora a noção tradicional de Caso à teoria gerativa e postula que a marcação de Caso

nos NPs deve ser entendida como um princípio universal da Gramática. Para Chomsky, todos os NPs foneticamente realizados precisam receber Caso abstrato na sintaxe, o qual pode ou não receber manifestação fonológica, o que dependerá das propriedades morfossintáticas das línguas particulares. Assim sendo, a diferença entre o Latim e o Português deve-se ao fato de haver ou não a realização de Caso no componente morfossintático. Consoante Adger (2002:211):

"(.....) the function of case features is to regulate the syntactic distribution of nominal phrases, rather than to mark any special semantic properties".

Segundo Adger (ibid), é esse fato que explica, por exemplo, a razão pela qual os exemplos abaixo são agramaticais no Inglês, visto que o pronome *me*, em (8b), o pronome *she*, em (9b), e o pronome *he*, em (10b), figuram em posições sintáticas incompatíveis com os traços de Caso que recebem no momento em que são retirados do léxico.

- (8a) I give it to him. [posição de sujeito]
(8b) *Me give it to him. [posição de sujeito]
- (9a) I sent **her** away.
(9b) I sent ***she** away.
- (10a) I introduced her to **him**.
(10b) I introduced her to ***he**

A evidência de que os traços de Caso realmente não contribuem para acrescentar quaisquer informações semânticas adicionais ao NP pode ser notada pelo fato de que a alternância morfológica **he/him**, do pronome de terceira pessoa do Inglês, não afeta em nada seu significado lexical básico, conforme ilustram os exemplos em (11) e (12) abaixo.

- (11) I wanted that **he** had come.
(12) I wanted **him** to come.

Vejam que as propriedades denotacionais [+3ª pessoa; +animado; +humano] do pronome mantêm-se inalteradas nos exemplos (11) e (12), muito embora a sua flexão se modifica, dependendo do ambiente sintático em que figura: a forma nominativa **he** ocorre em contexto de oração finita; e a forma acusativa **him** aparece em contexto de oração

infinitiva. Na próxima seção, discuto se a função sintática de Sujeito corresponde sempre ao DP que recebe o caso nominativo.

2. SUJEITO É SEMPRE O DP QUE RECEBE O CASO NOMINATIVO?

Na tradição gramatical, fica muitas vezes implícita a idéia de que o sujeito é o NP que normalmente figura antes do verbo, ordem [...NP_{sujeito}.....[.....V.....NP_{objeto}....], e que estabelece com ele a relação de concordância em número e pessoa. Tal noção fica assentada, por exemplo, na definição de Cunha (1985:485), segunda a qual:

“a solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito”.

Uma maneira de captarmos essa importante intuição, no âmbito do quadro teórico da gramática gerativa, é assumirmos que os traços de concordância [AGR =+/-3^a, +/-SG] dos NPs, quando são replicados nos verbos, permitem a atribuição de Caso nominativo aos NPs. Por exemplo, Chomsky (1980, 1995) concebe que Caso (nominativo) é o resultado de uma atribuição casual direta pela categoria [AGR] do nó flexional da sentença (=IP). Dessa maneira, por trás da definição de Cunha (1985:485), existe o pressuposto de que o sujeito é o item que recebe Caso nominativo e que vem posicionado à esquerda do verbo, fazendo emergir então a ordem [...NP_{sujeito}.....[.....V.....NP_{objeto}....]. Por isso, Cunha (1985:119-120) afirma que:

“podem ocorrer muitos sintagmas nominais (NPs) na oração, mas somente um deles será o sujeito. (...) a sua posição, na ordem direta e lógica do enunciado, é à esquerda do verbo. Os demais sintagmas nominais encaixam-se no predicado”.

Não obstante, dados retirados de gramáticas escolares e a partir de dados da língua em uso nos permitem formular três hipóteses, a saber:

- (i) nem sempre o NP sujeito, que figura à esquerda do verbo, engatilha a concordância;
- (ii) nem sempre este NP receberá o Caso nominativo;
- (iii) em determinadas circunstâncias, poderá o verbo deixar de realizar concordância com o item que aparece na posição de sujeito, situações nas quais o verbo irá então concordar com o NP que vier à sua direita.

A evidência a favor dessas hipóteses acima vem de dados com certos tipos de verbos intransitivos inativos que, geralmente, não selecionam um NP agente, como é a situação dos verbos *ir*, *vir*, *estar*, *ser*, *ter*, dentre outros, conforme mostram os exemplos abaixo.

- (13) **Tudo**¹ isto eram sintomas graves.
- (14) **Isto** não são conversas para ti, pequena.
- (15) **[O que há de novo nelas]** são as cores.
- (16) **Tudo na vida** são verdades de relação.
- (17) **O resto**² são atributos sem importância.
- (18) **O mais** são casas esparsas. (Drummond, *CA*, 73)
- (19) **Lá** vai o Brasil para mais um jogo contra a Argentina.
- (20) **Aqui** vão os documentos que você me pediu.
- (21) **Aí** estão os alunos.
- (22) **Aqui** tem gasolina barata.
- (23) Acho que **no Vasco** não tem chutador de córner bom não.
- (24) **Aí** vêm os alunos.

Vejam que em todos os dados acima o verbo nitidamente concorda com os NPs que estão à sua direita, e não com os NPs (e XPs advérbios expletivizados) que figuram na função sintática de sujeito. Em (24), por exemplo, o verbo *vêm* compartilha seus traços [AGR = +3^a, +PL] com o NP posposto [**os alunos**], o que, por conseguinte, nos autoriza a dizer que é este NP que recebe o Caso nominativo e que o sujeito, manifesto lexicalmente pelo item *aí*, não recebe o Caso nominativo. Adicionalmente, notamos que o curioso, nos dados em (13) a (24), é justamente o fato de apresentarem sintagmas XPs locativos e indefinidos na posição que é prototípica da função sujeito. Além disso, nota-se que esses XPs apresentam perda de informação semântica. Nessa linha de investigação, Lamoglia

¹ Segundo Cunha (1985:494), quando o sujeito do verbo *ser* é um dos nomes isto, isso, aquilo, tudo ou o (=aquilo) e o predicativo vem expresso por um substantivo no plural, o verbo não concorda com o sujeito.

² A mesma situação dá-se quando o sujeito é uma expressão de sentido coletivo, como o resto, o mais etc.

Duarte (2003) postula que a ocorrência desses XPs em posição inicial, que é a posição tipicamente de sujeito, pode ser reflexo de uma tendência ao preenchimento da posição de sujeito no Português do Brasil. Consoante Lamoglia Duarte (2004:4),

“uma vez implementada uma das propriedades das línguas de sujeito não-nulo -o preenchimento dos sujeitos referenciais – o sistema começa a caminhar no sentido do preenchimento dos sujeitos não-referenciais. (...) Assim, o aparecimento de elementos à esquerda do verbo não é acidental (...) Antes, trata-se de um efeito colateral da mudança, que começa a se insinuar dentro do nosso sistema passando a concorrer com as sentenças não marcadas, que ainda mantêm o sujeito expletivo nulo”.

Segundo essa análise, os XPs (locativos e indefinidos), como *aí*, *tudo*, *aqui*, *lá* teriam um comportamento muito próximo ao de um argumento externo de natureza expletiva, os quais seriam inseridos possivelmente em função da necessidade de a Língua Portuguesa do Brasil necessitar cada vez mais de preencher a posição estrutural de sujeito. Isso fica particularmente evidenciado pelo fato de que, em muitos desses contextos, ocorre perda de informação semântica, como acontece, por exemplo, com os locativos *aí* e *lá*, nos contextos em (25) e (26), os quais não guardam mais o significado original de dimensão espacial.

(25) *Lá* vai o Brasil para mais um jogo contra a Argentina.

(26) *Aí* vêm os alunos.

Uma questão digna de nota é que a omissão do constituinte XP inicial provoca pouca aceitabilidade ou mesmo agramaticalidade à sentença, como é a situação dos exemplos abaixo.

(27a) *Lá* vai o Brasil para mais um jogo contra a Argentina.³

(27b) ???? _____ vai o Brasil para mais um jogo contra a Argentina *lá*.

(27c) ???? _____ vai o Brasil para mais um jogo contra a Argentina.

(28a) *Aqui* vão os documentos que você me pediu.

(28b) ???? _____ vão os documentos que você me pediu *aqui*.

(28c) ???? _____ vão os documentos que você me pediu *aqui*.

³ Para Franchi et alii (1998:108), citado por Lamoglia Duarte (2004:4), “essas construções ‘têm a particularidade de se ancorarem de um modo generalíssimo em um campo espaço-temporal’ levantando a questão sobre a ‘necessidade de postular essa ancoragem como parte integrante da construção e sobre o que a licencia sintática e lexicalmente’”. Eles chamam atenção ainda para o fato de PPs locativos e advérbios (*aí* e *lá*) parecerem fazer parte integrante da construção a que se inserem, de tal modo a funcionarem como um argumento adicional.

Em suma, com base nas evidências acima, chegamos a uma resposta para a indagação formulada em (2), sobre se o sujeito é sempre o sintagma que recebe o Caso nominativo. A resposta é não, visto que, nos exemplos (13) a (24), o verbo concorda sistematicamente com o NP que está à sua direita, e não com o que está à sua esquerda. Na próxima seção, discuto a terceira questão formulada no início deste texto.

4. AS POSSIBILIDADES DE PAPÉIS- θ (THETA) DO SUJEITO

Para respondermos à questão sobre se o sujeito é sempre o sintagma que recebe o papel- θ (theta) de agente, faz-se necessário que discutamos antes como os papéis theta são atribuídos. No âmbito da gramática gerativa, as proposições consistem de um predicado e de um ou mais argumentos. Pode-se afirmar que um predicador verbal é uma expressão denotando uma atividade/evento/processo e os argumentos são as entidades representadas pelos participantes envolvidos na cena enunciativa. Na terminologia tradicional, os argumentos de um verbo são os complementos e o sujeito. Uma vez que os complementos de um verbo vêm dentro da projeção V-barra, enquanto o seu sujeito está externo a ela, especificamente no especificador de VP, os complementos são considerados argumentos internos e o sujeito o argumento externo, conforme a representação em (29) abaixo:

(29) [_{VP} ... DP_{sujeito} [_{V'} Verbo DP_{objeto}]]

Simplesmente dizer que um item como o verbo *capturar* apresenta dois argumentos, não explica o fato de que eles desempenham diferentes papéis semânticos em relação ao ato de capturar. Para resolver o problema, muitos lingüistas têm tentado formular uma tipologia universal dos papéis semânticos no intuito de representar os papéis desempenhados pelos argumentos no predicado. Nos exemplos abaixo, estão listados alguns dos vários termos tradicionalmente usados para descrever o conjunto de papéis temáticos que um argumento pode receber:

TEMA (ou **PACIENTE**) = entidade que é afetada pelo efeito de alguma ação.

(30a) Maria caiu.

(30b) O menino fez a Maria cair.

AGENTE / CAUSADOR = instigador de alguma ação.

(31) O soldado matou o inimigo.

EXPERIENCIADOR = entidade que experiencia algum estado psicológico ou físico.

(32) João está feliz

POSSUIDOR/RECIPIENTE = entidade que recebe ou possui alguma entidade

(33) João obteve de Maria um presente.

ALVO (GOAL) = entidade para onde algo se move

(34) João foi para casa.

Visto que o papel temático é central, tornou-se uma convenção referir-se aos papéis semânticos pelo nome de papéis- θ (=thetas). Uma vez que a letra grega (theta) corresponde ao [**th**] em inglês e, tendo em vista que a palavra thematic começa com th, também passou ser uma prática padrão abreviar a expressão papel temático/thematic pelo símbolo (=theta).

Uma questão teórica central surge quando nos indagamos como e quando os papéis temáticos são atribuídos aos argumentos. Parece não haver dúvida de que o papel- θ (**THETA**) do argumento interno à projeção intermediária V-barrado é determinado pelas propriedades semânticas do verbo. Todavia, a atribuição do papel- θ (**THETA**) ao sujeito parece ser uma questão mais complexa. Marantz (1984) e Chomsky (1986) argumentam que, embora os verbos atribuam papel- θ (**THETA**) diretamente aos seus argumentos

(=complementos), não é o verbo, mas sim o constituinte V-barrá [_v. verbo + argumento] que determina a atribuição de papel-theta ao seu argumento externo, i.e., o sujeito. A evidência a favor desta hipótese advém de exemplos como os seguintes:

(35a) João_{agente} [tomou um remédio].

(35b) João_{experienciador} [tomou um susto].

(35c) João_{agente} [tomou uma atitude contrária].

(36a) João_{afetado} [quebrou seu braço].

(36b) João_{agente} [quebrou a janela].

(37a) João_{afetado ou agente} [cortou o cabelo].

(37b) João_{afetado} [cortou o braço].

Tomando por base as diferenças semânticas detectadas nos exemplos em (35) a (37), Chomsky (ibid) e Marantz (ibid) concluíram que o papel- θ (THETA) do sujeito não é determinado somente pelo verbo, mas composicionalmente pelo complexo [_v. verbo + argumento]. Em suma, podemos considerar que os verbos diretamente marcam o papel- θ (theta) do seu argumento interno e somente indiretamente marcam o papel- θ (theta) de seus sujeitos.

Tendo em vista o que prediz a teoria- θ (theta) e a maneira como as atribuições temáticas se dão, a questão que se coloca para nossa análise é determinar se o NP que ocupa a posição de sujeito, i.e., a posição à esquerda do verbo sempre corresponde ao papel temático de agente. Para tanto, analisemos os dados abaixo, que foram colhidos a partir de registros da língua escrita e da língua oral.

(38) **A Sarinha** (es)tá nascendo dente _____.

(39) **O Carlos André** cresceu o nariz _____.

(40) **Esse carro** cabe 60l de gasolina _____.

(41) **Essa janela** bate sol _____.

(42) **A belina** cabe muita gente.

(43) **O relógio** quebrou o ponteiro.

(44) **A cozinha** está lavando.

(45) **A sala** está limpando.

- (46) **Os livros** estão fotocopiando.
(47) **A gasolina** não vai aumentar agora. [jornal da globo]
(48) **Hidrelétricas** vão abrir as comportas. [jornal da globo]
(49) **Os carros** estão lavando.
(50) **A balança** está consertando.
(51) **O lobo** recebe um tiro.

Vejam que, em todos esses exemplos, os NPs que ocupam a posição de sujeito não precisam corresponder ao papel theta de agente, o que contradiz um importante pressuposto da tradição gramatical de que o sujeito da voz ativa é o agente. Cegalla (1972), por exemplo, afirma que:

“um verbo está na voz ativa quando o sujeito é agente, isto é, faz a ação expressa pelo verbo”.

Ou ainda segundo Sacconi (1994:188):

“Voz é a maneira como se apresenta a ação expressa pelo verbo em relação ao sujeito. Tal relação pode ser de atividade, de passividade ou de atividade e passividade ao mesmo tempo. Desta forma, são três as vozes verbais” (...)

Contudo, os exemplos em (38) a (51) revelam a inconsistência das definições acima, ao associar o conceito de voz e de sujeito apenas aos papéis temáticos de agente. Vemos, por exemplo, que em (51) o NP sujeito *o lobo* carrega muito mais a idéia do participante que foi afetado pelo tiro. Concluimos, assim, que o sujeito é o NP que pode receber, em princípio, qualquer papel temático.

Antes de finalizar esta texto, gostaria de tecer alguns comentários de como a teoria dos papéis temáticos pode ainda nos ajudar a distinguir, pelo menos, duas classes distintas de verbos intransitivos: aqueles que envolvem um NP agente e aqueles que envolvem um NP tema/afetado.

5. PAPÉIS- θ (THETA) E AS PROPRIEDADES SEMÂNTICAS DOS VERBOS INTRANSITIVOS

A descrição gramatical do Português em geral reconhece a existência de duas classes de verbos: os transitivos e os intransitivos. Esta análise assenta essencialmente na diferença observável entre as cláusulas abaixo.

- (52) Aquele homem provocou o acidente.
(53) A Joana está nadando.

Notem que a construção transitiva em (52) envolve dois argumentos: o argumento externo (AE) *aquele homem* e o argumento interno (AI) *o acidente*, os quais recebem os papéis temáticos de agente e tema, respectivamente. Já a construção em (53) admite apenas um argumento em sintaxe visível: o DP *a Joana*, o qual recebe o papel temático de agente, pois é a entidade que controla a situação denotada pelo verbo *nadar*. Outros verbos desta mesma classe são:

- (54) *nadar, bocejar, cantar, mentir, dançar, pescar, saltar, viajar, caminhar, roncar, ronronar, ziguezaguear, tilintar, telefonar, rir, miar, zurrar, latir, espirrar, arrotar, assoviar, correr, zunir, mugir, etc.,*

Notem que esses verbos têm em comum o fato de selecionarem sempre um NP agente e possuírem um objeto direto implícito e incorporado ao seu significado básico, mas que não se manifesta em sintaxe visível.

Além dos verbos intransitivos ativos apresentados em (54), é possível ainda mostrar que existe uma terceira classe de verbos, os intransitivos inativos, os quais não precisam necessariamente selecionar um NP agente, conforme (55) abaixo.

- (55) *crescer, falir, germinar, ocorrer, vir, chegar, cair, fugir, acontecer, adoecer, aparecer, arder, caducar, cessar, coalhar, decair, decorrer, desabrolhar, desaparecer, desmaiar, emergir, emigrar, evoluir, florir, fugir, mover, ocorrer, partir, pender, ruir, sair, sedimentar, submergir, sucumbir, vagar, vir etc.*

O contraste entre as duas classes de verbos intransitivos se manifesta superficialmente sob a forma de diferentes comportamentos destes verbos em relação a um certo número de “testes sintáticos”.

Um desses diagnósticos refere-se à possibilidade ou não de acréscimo de sufixos agentivos, como **-(d)or/-ante/-oso**, ao lexema base. Nesse sentido, somente os intransitivos agentivos, em (54), podem co-ocorrer com esses sufixos, ao passo que os intransitivos inativos, em (55), nunca podem vir com tais sufixos, conforme se vê abaixo.

(56)	cair	*caidor
(57)	crescer	*crescedor
(58)	fugir	*fugidor
(59)	falir	*falidor
(60)	germinar	*germinador
(61)	correr	corredor
(62)	falar	falador
(63)	trabalhar	trabalhador
(64)	pescar	pescador
(65)	caminhar	caminhante
(66)	mentir	mentiroso

Observem que os verbos intransitivos em (61) a (66) podem receber os sufixos *-or/-ante/-oso* justamente porque selecionam um NP sujeito que controla a ação, diferentemente do que se dá com os verbos inacusativos em (56) a (60). Tomando por base este diagnóstico sintático, somos levados a admitir que a classe dos verbos tradicionalmente tratados como sendo intransitivos perfaz, na verdade, pelo menos duas subclasses: a dos intransitivos inativos (=inacusativos) e a dos intransitivos ativos (inergativos).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o que os dados empíricos nos mostram é que não há uma relação biunívoca entre Caso e função sintática, já que um mesmo Caso pode cobrir mais de uma função sintática. Em relação ao sujeito, mostramos que esse nem sempre mantém relação de concordância com o verbo, isso se dá especialmente nos contextos em que figura na posição típica de sujeito um NP de natureza genérica ou expletivizada, como os itens *lá, aí, tudo, isto, aqui, etc.*; os quais sofrem perda de informação semântica. Determinamos ainda que o sujeito pode, em tese, receber qualquer papel semântico, como o de agente, tema/afetado, locativo, instrumento, partitivo/genitivo, alvo, dentre outros. Quanto às propriedades semânticas dos verbos intransitivos, identificamos duas subclasses de verbos monoargumenatis, a saber: os intransitivos ativos e os intransitivos inativos. Os primeiros selecionam um NP agentivo, e os intransitivos inativos, um NP tema/afetado.

BIBLIOGRAFIA

- Adger, D. (2002) *Core Syntax: A Minimalist Approach*.
- Chomsky (1986) ...
- Chomsky, N. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- Chomsky, N. *Linguagem e Mente*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- Duarte, Fábio B. (2002) *Predicados ergativos*. Juiz de Fora: UFJF, ms.
- _____. *Ordem de constituents e movimento em Tembé: minimalismo e anti-simetria*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, 202 p., Tese de doutorado inédita.
- Duarte, M. Eugênia L. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1995.
- _____. *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil*, In: ROBERTS, Ian e KATO, M. *Português brasileiro*, Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. *O sujeito expletivo e as construções existenciais*. In: Roncarati et al. (orgs) *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Revista Letras, nº7, no prelo.
- Eliseu, André Manuel Godinho Simões (1984) *Verbos ergativos do Português: descrição e análise*. Lisboa, ms.
- Galves, Charlotte. *A sintaxe do português brasileiro*, Ensaios de Lingüística, Belo Horizonte, UFMG, 1987.
- _____. *A gramática do português brasileiro*, Línguas e Instrumentos Lingüísticos, São Paulo, Ed.Pontes, 1998.
- _____. *Ensaios sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- Ivo, O. S. (1978)
- Lyons, John *Linguagem e lingüística*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- _____. *Introduction to theoretical linguistics*, Cambridge: CUP, 1969.
- Marantz (1984)
- Mioto, Carlos et alii. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2000.
- Mioto, Carlos et alii *Sobre a seleção de auxiliares e a distribuição do pronome ne em italiano*. Florianópolis: UFSC, 2002, ms.
- Radford, Andrew (1998) *Introduction to minimalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Raposo, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- Radford, Andrew. *Syntax: a minimalist Introduction*. Cambridge, CUP, 1998.
- Sacconi, Luiz Antônio. *Nossa gramática: teoria e prática*, 18ª edição, São Paulo, Atual Editora, 1994.